

Cultura política: uma introdução à construção da identidade e da ação coletiva

Lara Izabella Tosta Arantes
laraarantes@hotmail.com
CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Eixo temático: Movimentos sociales, actores sociales y ciudadanía

Trabajo preparado para presentación en el X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP), en coordinación con la Asociación Mexicana de Ciencias Políticas (AMECIP), organizado en colaboración con el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM), los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019

Resumo: O trabalho que segue preocupa-se em construir uma discussão assentada na relação entre atores políticos e movimentos sociais em busca de espaços de representações nas instituições de poder formal, ou seja, a possibilidade de se fazerem representar na política institucionalizada. Para isso, trabalharemos autores clássicos e atuais que trazem os conceitos e discussões de ações coletivas, partidos, redes, etc. Assim, tentando construir o significado de coletivo, buscaremos reflexões acerca dos significantes nas eleições e o papel do ativismo político no Estado.

Cultura política: uma introdução à construção da identidade e da ação coletiva

Os presentes escritos objetivam fornecer um panorama mais amplo de tópicos que serão devidamente aprofundados em pesquisa que trata da formação da cultura política e como ela reage, influencia, se reforça ou se modifica nas épocas de campanha eleitoral em pequenos municípios. Analisar os elementos que estão presentes nas dinâmicas supracitadas é tarefa complexa: algumas noções que conferem sentido ao voto das pessoas provêm de situações individuais, outras de relações construídas no coletivo ou de ainda ambas.

Quando pensamos nos resultados de uma eleição, precisamos ir muito além do que a ciência política clássica entende por voto, campanha política ou democracia. Um grupo de autores da Sociologia, da História e da Antropologia iniciam um movimento de politização de questões que antes não pertenciam ao mundo da política, do trabalho e da vida. Esses assuntos eram antes considerados da esfera privada. Os espaços de sociabilidade merecem uma atenção especial quando se propõe a realizar um estudo desse tipo, pois, neles, diversas relações, princípios, apoios e desavenças ajudarão a moldar a complexa e dinâmica cultura política de um lugar.

Os movimentos sociais, os processos de engajamento, os grupos políticos ou redes políticas são termos-chave e básicos para introduzir um estudo sobre cultura política. Portanto, é nosso objetivo aqui elencar os principais conceitos que nortearão nosso trabalho posterior.

Começamos nossas reflexões por questões primeiras: o que torna o coletivo possível? O que transforma as angústias e/ou aspirações individuais num

coletivo? Ressaltamos que o coletivo não é fixo, ele não está dado previamente; se forma na experiência e por não ser uma categoria pronta, passa por cursos de inclusão e exclusão todo o tempo. Há, assim, contínuos processos de politização e despolitização, engajamentos e desengajamentos.

Depois de buscarmos compreender como se constroem os espaços e as ações coletivas, devemos nos indagar: como trabalhar, então, os espaços de interpenetração dos agentes coletivos na política? Outras questões se apresentam como necessidade de investigação para nós, visto que a democracia é mais que um regime político: ela também reflete práticas de governo. Do que estamos, então, falando, quando falamos em representação? Qual o lugar do ativismo político no Estado?

As dificuldades de rompimento com o passado e da emergência do novo na cultura política - A atualidade do pensamento de Marx

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diariamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo. (MARX, 2003, p.15)

Dentre tantas obras de Marx, escolhemos trazer uma delas, inicialmente, para nossos escritos iniciais. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte demonstra as dificuldades de se instituir o novo em meio às tradições que emprestam antigas roupagens aos atores em emergência, quando pensamos na esfera política e cultural.

Os homens fazem sua história, mas não exatamente como querem e sim sob as circunstâncias que lhe são dadas. O camponês, na obra, convive com duas formas de consciência: a moderna e a tradicional. Sua possibilidade de representação política não residia na propriedade de terra, segundo o autor, mas em suas possibilidades de aliança com o proletariado, pois a posse de terra, naquele contexto, estava associada a outros elementos que não a luta de classe. Percebe-se, assim, um campesinato que vive de um jeito e pensa de outro. É preciso, porém, que sejamos cautelosos em nossa análise.

O autor está discorrendo sobre o campesinato francês do século XIX e qualquer aproximação apressada com os problemas do campesinato brasileiro de hoje, por exemplo, obviamente se tornarão errôneas e vazias. A politização dos atores considerados em relação de subalternia no campo é, porém, contemporaneamente, preocupação central de movimentos sindicais, pastorais e movimentos ligados à luta pela terra.

Na obra escrita em 1852, Marx (2003) nos convida a olhar para a sociedade sob a ótica do trabalho, que delinea formas políticas à ela. Como em outras obras do autor, fica claro que o motor impulsionador da História é a ação humana. Daqui, podemos extrair elementos em voga nos estudos políticos: o peso das tradições, a tensão entre ação e estrutura, as disputas cotidianas de poder, os estigmas que membros de um determinado nível socioeconômico tem por outros que comportam-se de forma diferente, que impedem que se vejam unificados em uma classe. É importante ressaltar que tal relação também se observa em grupos hegemônicos, constatadas as diferentes classes burguesas presentes no texto.

A definição de classes em Marx (2003) se move no campo político e essa é uma importante chave de leitura social, que em diversos trabalhos de campo pode ser bastante útil. Por fim, o erro de Bonaparte ao tentar construir um governo que conciliasse o interesse de todas as classes remete-nos a um problema que nos soa familiar, qual seja, as tentativas de representar a múltiplos interesses, por vezes contraditórios, características dos regimes populistas na América Latina.

Continuaremos nos tópicos seguintes a elencar autores clássicos para a Sociologia Política que devem estar presentes no cerne de nosso estudo.

Gramsci e a formação de uma cultura política

Neste tópico, abordaremos questões vinculadas a uma filosofia do engajamento e do não-engajamento a partir das observações de Gramsci (2014), que defende que todos os homens são filósofos, preocupando-se em explicar, em seguida, o que quer dizer com essa afirmação ao definir o que está considerando pela condição de filósofo, sendo essa uma espécie de filosofia espontânea contida

na própria linguagem, no senso comum, no bom senso, nas crenças e na religião popular, uma vez que em qualquer mínima manifestação intelectual está contida uma concepção de mundo que passa pela consciência crítica (Gramsci, 2014, p.93), o que nos reporta ao conceito de *alienação* em Marx quando o autor questiona se não é melhor tornar-se o guia de si mesmo e elaborar a própria concepção de mundo.

É então que Gramsci (2014, p.94) coloca a seguinte pergunta “qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?” Ressaltando que para agir como filósofo, entretanto, é preciso que o homem tenha consciência de sua própria historicidade.

A grande questão que intriga Gramsci (2014) e que está presente em sua obra é o que acontecia na Itália que contribuía para a ascensão do fascismo, se havia um movimento operário aliado a um campesinato. O texto tem, portanto, uma preocupação central com questões políticas e a partir delas podemos elaborar uma série de preocupações atualizadas sobre acontecimentos políticos que nos saltam aos olhos e cujo fenômeno buscamos compreender.

A hegemonia, conceito trabalhado por Gramsci (2014), representa muito mais que um poder de classe: é a capacidade de um grupo social em conseguir absorver outros para o seu. Se disputa nos locais do cotidiano e não de cima para baixo, conceito este, que pretendemos explorar em nossa pesquisa, fazendo uma observação nos locais de sociabilidade dos municípios.

Para o autor, a burguesia, organismo em contínuo movimento, mantém sob seu controle toda a sociedade. Uma questão a se pensar nos é colocada por Gramsci (2014): se a estrutura domina tudo, qual é o grau de autonomia da ação política?

O autor denuncia o fracasso na constituição do Estado nacional italiano por conta do caráter cosmopolita dos intelectuais. O partido político era como “O Príncipe” (que é para Gramsci, o manifesto de um partido) moderno: deveria representar a nova vontade coletiva nacional-popular, propor uma reforma coletiva intelectual e moral, uma nova concepção de mundo. Há uma dupla perspectiva na ação política: a violência e o consenso construindo a hegemonia.

Nessa concepção de partido, então, ele deveria atuar na imprensa, na escola e nas demais esferas da sociedade civil. Porém, ressalta Gramsci (2014), é carregado de ambiguidades. Ele objetiva agregar indivíduos em sua concepção de mundo. Duas concepções de mundo que agregaram muitos aliados podem resultar numa crise orgânica da hegemonia. Gramsci afirma que é numa crise que o homem comum pode ser disputado, pois ela é também um momento de criação coletiva e de disputa de valores. Muitas vezes, a crise da hegemonia, porém, se resolve pela força.

É preciso estar atento para saber diferenciar que uma crise de poder nem sempre representa uma crise de hegemonia, questão que também dialoga com nosso projeto, quando nos colocamos a refletir se a lógica do voto de um município realmente se alterou quando há uma mudança nas eleições que retire da administração pública uma facção que permanecia como dominante.

a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um boco cultural e social. (GRAMSCI, 2014, p.100)

O autor defende uma filosofia que seja histórica. Sobre a união entre filosofia e política, Gramsci (2014) enaltece que houve a criação de uma espécie de partido que seria a democracia cristã, com o nascimento de movimentos populares religiosos que foram absorvidos pela Igreja. Fala ainda da situação de orientação política cultural, em que podemos perceber a partir da adesão ou da falta dela a uma ideologia, a historicidade dos modos de ver o mundo e a sociedade.

O autor afirma que a escola e a igreja são as maiores organizações culturais e é por isso que centra nelas sua investigação. É defensor de uma reforma intelectual e moral. Lembramo-nos novamente do conceito de alienação em Marx, quando Gramsci (2014, p.34) diz: “quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do

ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade”.

Analisando as situações de relações de força, Gramsci nos fornece pistas de análise do quanto é difícil modificar um cenário político-eleitoral, quando elenca dois princípios básicos:

1) O de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessária e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (verifica a exata enunciação destes princípios). (GRAMSCI, 2014, p.36)

Sobre os números no regime representativo Gramsci (2014) elabora:

Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e persuasão das opiniões de poucos, das minorias ativas, das elites, das vanguardas, etc., etc., isto é, sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta. Isto quer dizer que não é verdade que o peso das opiniões de cada um seja “exatamente” igual. As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade. O número “dos votos” é a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior influência pertence exatamente aos que “dedicam ao Estado e à Nação suas melhores forças. (GRAMSCI, 2014, p.83

O consenso, então, não tem sua fase final no momento do voto. Gramsci (2014) também se preocupa com a natureza do partido político, opinando que as massas de homens que agiram em determinados momentos históricos eram um grupo mais amplo que os adeptos de um partido político, é preciso se considerar o grupo social ao qual o partido melhor expressaria. Portanto falar em um partido, é sempre também resgatar a história de um grupo social.

Thompson e a consciência de classe

Estudar o fenômeno da formação, do reconhecimento e das interações entre classes faz-se essencial, uma vez que essa é uma discussão intrínseca aos fenômenos da ação e da identidade coletiva.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1897, p.9)

Thompson (1987) relata a presença da classe operária em seu próprio fazer-se. A classe, então, acontece quando homens com experiências comuns articulam seus interesses criando uma identidade oposta a homens cujos outros interesses divergem dos seus. E a consciência dessa classe se constitui em tradições, sistemas de ideias e valores e diferentemente do fenômeno da experiência não se mostra como determinada. (Thompson, 1987, p.10)

O autor critica a ideia de consciência de classe vista em uma série de autores mais do que ela realmente é, como ela deveria ser. Chega a dizer que é inventada por intelectuais deslocados. (Thompson, 1987, p.11) que tenderiam a tentar determinar o seu papel social e a melhor forma de articular-se. E como o conceito de classe advém de relações e não de formas prontas, não pode ter um interesse, um fim ou uma consciência ideal.

Como Thompson (1987) desenvolve um estudo da formação da classe operária inglesa, primeiro ele ocupa-se de fornecer sua concepção de classe para explicar como surge uma identidade entre os trabalhadores ingleses divergindo dos interesses de seus empregadores e chefes entre 1780 e 1832.

Pensemos também na maneira como Thompson define a consciência de classe. Para o autor, a luta precede a classe, que não é estrutural. Podemos refletir sobre como as pessoas percebem sua condição de exploração. Como as pessoas conseguem tempo para se vincular a um movimento social? O movimento representa um papel secundário em suas vidas?

Thompson ocupava-se de estudar o que lia a classe operária inglesa e como era o fluxo de informações entre seus membros, apresenta o bar ou a taverna como um local onde também se lia notícias e se discutia política. Mostra como os trabalhadores formaram “uma quadro fundamentalmente político da organização da sociedade” (Thompson, 2012, p.414), inserindo em sua visão

deles próprios enquanto categoria, a percepção de que eram parte de uma história de conflitos entre classes, definindo o autor, assim, que a partir de 1830, foi formada uma consciência de classe em sentido marxista tradicional.

Podemos perceber nas descrições de Thompson (2012) os discursos circulantes com o intuito de convencer uns aos outros, totalmente arraigado aos princípios presentes na cultura da época, bem como elementos como a importância política do sentimento de engajamento, o discurso de politização que era construído no plano da linguagem comum. A constituição de adversários percebe-se quando os pais desde cedo conversam com os filhos demonstrando ódio aos seus dirigentes corruptos e tiranos. O autor comenta que havia “penalidades contra o uso de pragas, linguagem indecente e embriaguez”. (Thompson, 2012, p. 424).

Outro ponto interessante da análise centra-se na afirmação de Thompson de que os movimentos pela liberdade de imprensa foram essenciais para o movimento global que se modelava.

A classe também adquiriu uma ressonância singular na vida inglesa: tudo, das suas escolas às suas lojas, das suas capelas aos seus divertimentos, converteu-se num campo de batalha de classe. (Thompson, 2012, p.600)

As reflexões sobre campo e capital político em Bourdieu

Para Bourdieu (1989) o capital político, necessário para que os cidadãos consigam se fazer representar, é composto pelo capital cultural, somado de tempo livre, que seria essencial para que se possa participar da política efetivamente. Assim, a desigualdade que assola a sociedade não é apenas econômica, mas também política quanto às possibilidades de representação. Percebe-se que há uma exigência de competência social para a participação na vida política.

A opinião de um local, segundo o autor, se faz sedimentada em seus instrumentos de expressão e percepção. Este é um conceito que levaremos para a pesquisa: como se formam esses dois instrumentos (expressão e percepção) nos dois municípios a serem trabalhados, que variáveis estão presentes neles?

Bourdieu (1989) chega a citar Wittgenstein (Filosofia da Linguagem) para exemplificar que assim como só podemos construir uma frase num determinado idioma, se conhecemos a língua; da mesma forma não podemos exigir de alguém um engajamento ou postura política se o cidadão não teve acesso a instrumentos que permitissem outra leitura de sociedade.

Outro conceito de Bourdieu (1989) que pode dialogar com nosso objeto de estudo é a questão do mercado da política, em que a própria e os partidos são comparados aos oligopólios e a existência de vendedores profissionais.

O partido político, para Bourdieu (1989) objetiva atingir o maior número de pessoas. O capital político é fundado na crença e no reconhecimento. Quanto menor o capital econômico e cultural do cidadão, maior sua tendência a clamar por seus interesses pessoais no âmbito do partido.

Bourdieu (1989) ainda caracteriza o campo político como dividido entre mandantes e mandatários, como polo dominante e polo mandatário e é essa disputa no campo que permite delimitá-lo. As demandas externas (advindas do campo social e econômico) são apropriadas pelo campo político, gerando discursos e práticas que os consumidores/mandantes escolherão. Observa-se a um apolitismo por parte dos consumidores, que vêem-se obrigados a participar de situações de adesão a formas não-convencionais de representação.

Sobre a questão da delegação e o fetichismo político, Bourdieu (1989) esclarece que uma pessoa assume o posto de representante de várias, estando, então, investida de um poder transcendente a cada um dos mandantes.

A partir do autor, podemos levar algumas perguntas a campo, tais como: como mudar as relações presentes no campo com relação à disputa de poder? Como mudar o que é cotidiano diante do *habitus* que sedimenta nossas relações sociais (tornando-as naturais para nós a ponto de não questionarmos o que está sendo reproduzido)?

Há um deslocamento visível entre representantes e representados. Questões que historicamente, antes, não pertenciam ao mundo da política, que advinham, por exemplo, do mundo do trabalho e que eram vistas como assuntos da esfera privada. Trabalhando com as ideias de redes ou grupos, devemos

buscar compreender quais se sobrepõe às outras no momento da campanha política?

Avritzer (2007) também se põe a pensar sobre a representação política. O autor parte da condição de legitimidade para o exercício da representação. Compara a representação eleitoral à lógica de monopólio. Assim nos debruçamos sobre a seguinte questão: como pensar a participação contemporânea em instâncias que não-eleitorais e também as formas não-eleitorais de representação? Avritzer (2007) descola a ideia de representação da vinculação ao mandato eleitoral.

Levanta a questão de pessoas e grupos que aparecem atuando como porta-vozes de interesses específicos que nos coloca reflexões ainda maiores: quem é citado (enquanto pertencente de um grupo social) está autorizando esse discurso de defesa? Sente-se devidamente representado por ele? Quais os elementos e motivos que legitimam o direito à fala?

Aqui, então, a ideia de representação caminha junto à de território, vinculada numa dimensão geopolítica. A ideia de representação é problemática e temos exemplos desde o bonapartismo até os regimes populistas da América Latina, que buscando garantir a representação de todos, corre-se o risco de não representar ninguém.

Outras questões que pretendemos estudar a partir de Bourdieu (1989) refere-se a analisar nas campanhas eleitorais de pequenos municípios o que pode ser dizível politicamente, de acordo com as leis que regem o campo da política. Ao observarmos um grupo social, devemos nos preocupar em como eles próprios se consideram, quem reconhecem como seus aliados e quem estaria na oposição; averiguar, ainda, a partir dos candidatos e partidos, se estão fornecendo aos eleitores a ideia de benefícios coletivos ou individuais.

Ao definirmos nosso recorte geográfico para estudo, qual sejam dois municípios goianos, pretendemos tomar as precauções de Bourdieu (1989) em explicar como aquela região foi construída como espaço social. A construção de sentidos para o autor, é fundamental para a construção de grupos sociais.

Movimentos sociais e política: as contribuições de Tilly, Tarrow e McAdam

Explanaremos, de forma breve, como podemos utilizar conceitos de autores como Tilly, Tarrow e McAdam que nos fornecem estudos atuais acerca do confronto político, movimentos sociais e poder. Tarrow (2009) estabelece uma distinção entre movimentos sociais e confronto político. Devemos pensar numa perspectiva da sociologia das elites: eles próprios consideram seus movimentos organizados como sociais ou políticos? Muitas vezes, movimentos de direita, utilizam-se de instrumentos historicamente usados em reivindicações de trabalhadores.

O autor fala sobre a política simbólica dos movimentos, afirmando que as alterações em seus elementos simbólicos “nem são derivadas diretamente da cultura nem totalmente construídas só de ideologia, mas são o resultado de sua interação estratégica em seus cenários variados e sempre em mudança”. (Tarrow, 2009, p.143)

A partir de suas abstrações, podemos propor questionamentos paralelos: Como é que os movimentos sociais morrem e como eles permanecem? Como podem se tornar instituições democráticas que inclusive defendem o que eles antes enfrentavam?

Tilly (2001) pensa nos movimentos sociais como política e desloca o eixo de discussão das revoluções para as mobilizações coletivas. Nos propõe analisar o processo de formação do próprio ator político. O elemento cultural está presente nas redes de solidariedade, formação de identidades e estrutura de mobilização. As pessoas passam a criar um novo e promissor fenômeno político, para o autor, que são os movimentos sociais. A expansão e contração das oportunidades democrática caminham, portanto, junto a um movimento de ascensão e queda dos movimentos sociais.

É importante ressaltar que estão presentes tanto componentes racionais quanto emocionais nos movimentos; bem como tanto eles, tem uma história específica, quanto outras inter-relacionadas. Como então os elementos dos movimentos sociais interagem com outras formas de se fazer política? Neste

ponto é que podemos pensar numa outra forma disponível de política que é a campanha eleitoral, composta por um grupo de demandantes autodesignados e os alvos de demanda destinados a algum tipo de público. Ao rastreamos a política característica do movimento social, devemos adentrar ao confronto como um todo. Pensemos ainda: quais são os processos sociais que encorajam ou inibem a proliferação de movimentos sociais?

Também pretendemos explorar a relação entre campanhas eleitorais e movimentos sociais e nesse sentido o que significa, por exemplo, um sindicato de trabalhadores rurais num município, uma vez que a palavra sindicato pode ser um significante vazio, mas sua a forma de atuação, a quem se dirige, qual sua relação com os poderosos locais, pode configurá-lo ou não como movimento social. Para tal, o estudo da obra de *Comerford (Como uma família)* nos será bastante útil.

Encerramos este tópico com outro questionamento: Se os movimentos sociais afirmam a soberania popular, a soberania acumulada reside no legislativo ou no povo que alega representar? Não devemos nos esquecer de que determinadas circunstâncias políticas podem ser lidas de diferentes formas a depender do ator que as está analisando.

Redes: conceito que poderemos adotar para o trabalho de campo?

Nos interrogamos qual categoria seria melhor aproveitada ao levarmos nossa pesquisa a campo para entender alguns fenômenos da política em pequenos municípios, em especial grupos ou redes. Outras conotações como *quase-grupos* emprestados da Antropologia Política também são importantes para nossa reflexão.

Somente ao adentrarmos em campo, porém, poderemos fazer uma escolha consciente do termo.

Ocuparemos-nos dos espaços de sociabilidade dos municípios, e dentre eles, sem dúvida, precisaremos fazer um estudos dos movimentos sociais e a depender do peso que eles tenham no município, poderemos tomar nossa decisão

pela escolha do termo. A definição de movimentos sociais por si já engloba a ideia de redes. Todos nós pertencemos a inúmeras redes.

Nesse tópico pensamos sobre a importância da identidade coletiva. Não podem ser desconsiderados os sentimentos de pertencimento a um grupo, criando laços entre os membros. As dimensões emocionais, portanto, merecem ser cuidadosamente analisadas.

Pertencendo todos nós a inúmeras redes, quais os níveis de contradição podem haver nesses pertencimentos? Rede é algo muito mais fluido que uma organização formal. Pensar a rede é também se colocar a pensar uma dinâmica interna. Quando pensamos na Comissão Pastoral da Terra, por exemplo, podemos observar que sua influência é, antes de política, religiosa. A identidade é identidade sempre “em relação” e aqui podemos fazer um alusão ao conceito de classe para Thompson, que também é visto a partir de relações.

Lógicas por exemplo como a do parentesco (na obra de Comerford) e a religiosa influenciam nos rumos da política. Em nossa pesquisa, caso optemos pelo conceito de redes, devemos buscar compreender quais redes se sobrepõem a outras na campanha eleitoral e nas noções que conferem lógica ao voto dos indivíduos.

A ideia de rede como teoria é indissociável da ideia de rede enquanto metodologia. Constitui-se num modo de olhar para a sociedade.

Desafios e perspectivas para estudo

Ao longo do curso de Sociologia Política, fomos levados a observar o emprego de termos políticos, seu surgimento, seu desuso. A palavra *latifúndio*, como exemplo, surge entre os movimentos de esquerda para se referir a grandes propriedades de terras e depois torna-se uma categoria do debate político, ganhando sentido legal no Estatuto da Terra. A partir dos anos 70, esse termo vai pedindo uma modificação em seu significado. Da mesma forma, a palavra *agronegócio* surge posteriormente representando aquilo que é produtivo, moderno e vinculado aos mercados internacionais, alheio à noção de terra improdutivo, que

estava ligada ao latifúndio. Não são, portanto, meras palavras, são expressões carregadas de sentido e que se expressam na luta política.

Reflexões feitas ao longo da disciplina, tornaram-se questões centrais que pretendemos levar para nossos estudos, como: na política, o que está acontecendo quando “nada acontece”, ou seja, na vida rotineira das pessoas e suas resistências?¹ Que significados são produzidos pelas pessoas através do voto? Lembrando que os significados, assim como os entes coletivos, são ressignificados o tempo todo e, portanto, não podemos menosprezar o valor dos processos discursivos e de como são utilizados nos discursos políticos realizados num município, dentro e fora das campanhas políticas e do período eleitoral, em espaços notadamente reconhecidos como políticos como comitês, mas também em simples conversas de vizinhos.

Investigaremos, ainda, em nossos estudos sobre as mobilizações de movimento contra-hegemônicas não retratados pela mídia e que portanto, não se fazem conhecer em cidades interioranas e portanto não podem alcançar as experiências e pertencimentos que influenciam na lógica do voto.

REFERÊNCIAS

Avritzer, Leonardo. (2007) **Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação**. Dados, vol.50, no.3, p.443-464

Bourdieu, P. (1989) **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel. Cap. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político.

¹ Questão vinculada à pesquisa de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia sobre o “tempo da política”.

Gramsci, A. (2007) “Breves notas sobre a política de Maquiavel”. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) **Cadernos do Cárcere, vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (2014) “Alguns pontos de referência preliminares”. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) **Cadernos do Cárcere, vol. 1** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Marx, Karl. (2003) **O dezoito de Brumário de Luis Bonaparte** (várias edições). São Paulo: Centauro.

McAdam, D. Tarrow, S. and Tilly, C. (2001) **Dynamics of contention**. Cambridge University Press.

Scherer-Warren, Ilse. (2008) **Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?** Cadernos CRH vol.21 no.54.

Tarrow. Sidney. (2009) **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Vozes. Cap. 1 “Confronto político e movimentos sociais”; cap. 7. “Interpretando o confronto”; cap. 9. “Ciclos de confronto” e Conclusões: “O futuro dos movimentos sociais”

Thompson, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. (1987) Rio de Janeiro: Paz e Terra. Introdução (vol. 1), cap. 1 (vol. 1): Número ilimitado de membros e cap. 4 (vol. 3) 2012 A consciência de classe